

Por

Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Prosperou

O deputado federal Neto Carletto (Avante) apresentou, nas eleições deste ano, um patrimônio de R\$34,3 milhões à Justiça Eleitoral. O valor corresponde a um aumento de 6.000% em relação ao que o parlamentar divulgou na declaração de renda no pleito de 2022, quando foi eleito pela primeira vez para a Câmara, pelo PP. Os dados foram divulgados na coluna Radar do Poder desta semana. Na eleição de 2022, a declaração de bens do candidato somava R\$591,6 mil e era composta por nove itens. Entre os ativos mais valiosos estavam uma fração de R\$300 mil de uma aeronave modelo PT-OS. Havia, ainda, um veículo modelo Toyota Corolla GLI, no valor de R\$106,5 mil. No pleito deste ano, Carletto declarou bens como um prédio comercial em Porto Seguro, no valor de R\$ 7,6 milhões, e uma participação societária em uma empresa de participações, no total de R\$ 17,3 milhões.



Neto Carletto

Esclarecimento

A Rede Sustentabilidade Bahia informou que a divergência identificada na declaração de bens do candidato a deputado federal Uldurico Pinto foi causada por um erro material no preenchimento do sistema da Justiça Eleitoral. Segundo a legenda, o equívoco levou ao registro de um imóvel rural no valor de R\$ 141.075.000,00, quando o valor correto seria de R\$ 120.000,00. A sigla afirmou que a inconsistência foi identificada e corrigida por meio de um pedido de retificação apresentado dentro do prazo previsto pela Justiça Eleitoral. Em nota postada nas redes sociais, a Rede esclareceu que “a divergência identificada na declaração de bens do candidato a deputado federal Uldurico Pinto decorreu exclusivamente de um erro material de preenchimento no sistema da Justiça Eleitoral” e ressaltou que “não há qualquer irregularidade em sua candidatura, que permanece plenamente regular”.

Direitos trabalhistas

O candidato ao Senado pela federação Rede-PSOL, Marcelo Carvalho, participou, na quarta-feira (5), da audiência pública “Os Impactos da Pejotização nas Relações de Trabalho e na Proteção Social”, promovida pelo vereador Hamilton Assis (PSOL), na Câmara Municipal de Salvador. Durante o encontro, ele criticou a pejotização, defendeu a valorização dos direitos trabalhistas e fez críticas ao uso do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) pelo Governo da Bahia. Ao abordar a discussão sobre a pejotização, Marcelo afirmou que o modelo representa uma ameaça às garantias trabalhistas. “Os trabalhadores não são empresas. Não é a pejotização que vai resolver o problema do emprego no país. O tema que será debatido pelo STF pode quebrar as relações de trabalho e acabar com a proteção básica dos trabalhadores, que é ter a carteira assinada e os seus direitos”, declarou.

Legalidade!

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a autocontenção judicial e o respeito ao princípio da legalidade. Ele afirmou que não cabe ao Judiciário um papel criativo ou inovador sobre as leis, argumentando que decisões baseadas em convicções pessoais geram insegurança jurídica.

André Mendonça

Desapropriação

A Prefeitura de Salvador enviou à Câmara um projeto de lei que cria uma nova modalidade de indenização em desapropriações. A proposta permite que proprietários, mediante acordo e de forma voluntária, optem por receber um crédito municipal em vez do pagamento em dinheiro. Caso não haja concordância, a indenização seguirá sendo paga em espécie, conforme a legislação federal.

Confusão

Os vereadores João Igor Borges de Almeida (União Brasil) e Josevaldo de Oliveira Silva, o Joquinha (PSD), protagonizaram uma briga durante a sessão da Câmara de Riachão do Jacuípe, ontem. Imagens mostram os parlamentares trocando empurrões e socos no plenário, interrompendo os trabalhos. A Polícia Militar foi acionada, mas nenhum dos envolvidos foi levado à delegacia.

CLAUDIO PIMENTEL

Washington quer um Chile no Brasil

Assistir o ex-presidente Nixon, dos EUA, convocar com urgência, nos anos 1970, Henry Kissinger, seu brilhante secretário de Estado, para dar um jeito no presidente do Chile, o audacioso Salvador Allende, que nacionalizou a exploração e produção de cobre, causando prejuízos a meia dúzia de “big shots” entre eles os Rockefeller, me lembrou o salseiro que Trump está armando com o seu obscuro secretário de Estado, Marco Rúbio, contra o Brasil. No Chile, o pedido de Nixon causou terror: golpe, morte de Allende, fechamento do

Congresso e da Justiça e mais de quatro mil chilenos mortos e desaparecidos.

Foi o documentário “O Grande Irmão – O Dia que durou 21 anos II” (2024), em exibição no “Canal Brasil”, que me mostrou o estrago causado à vida, à ética, à lei, à democracia e a tudo que lembre humanidade numa ditadura. Com direção de Camilo Tavares e produção do Grupo Globo, o filme aborda a ditadura chilena e suas consequências na América Latina. É a continuação do filme que abordou a ditadura brasileira, tão covarde quanto a

Política

Por

Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

“Muitas vezes, quem toma conta dos idosos são as mulheres. Eu fiz duas filhas exatamente para isso. Quando eu ficar velho, vou ter quem vai tomar conta de mim porque as mulheres são assim: são família, são coração, são sentimento, são sensibilidade

Flávio Bolsonaro

Sem obrigação

Pré-candidato a deputado federal, Carlos Muniz Filho (PSDB) afirmou que não se sente na obrigação de ser o candidato mais votado de Salvador nas eleições deste ano. Segundo ele, a disputa será bastante acirrada e, embora esteja grato pelos apoios que recebeu, não encara esse resultado como uma obrigação, mas garante que fará uma campanha intensa. Com o respaldo do pai, o presidente da Câmara Municipal de Salvador, Carlos Muniz (PSDB), ele pretende percorrer mais de 100 municípios baianos durante a campanha.

Sancionado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta quinta-feira, no Palácio do Planalto, o Projeto de Lei nº 2465/2026, que amplia as condições de acesso ao crédito para Santas Casas, hospitais filantrópicos e instituições sem fins lucrativos que prestam atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto teve como relator na Câmara dos Deputados o deputado federal Antonio Brito (PSD-BA). A nova legislação prorroga o prazo para aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em operações de crédito destinadas a essas instituições, permitindo a renegociação de dívidas, o fortalecimento do fluxo de caixa e a continuidade dos serviços prestados.

Bets

A vereadora Marta Rodrigues (PT) apresentou na Câmara Municipal de Salvador o Projeto de Lei (PL 223/2026), que proíbe a veiculação de publicidade de plataformas de apostas de quota fixa (bets) em bens, espaços, equipamentos e mobiliário urbano do município. A proposta impede a divulgação dessas empresas em praças, parques, escolas, creches, unidades de saúde, hospitais, equipamentos esportivos, mobiliário urbano, eventos promovidos ou patrocinados pela Prefeitura e nos canais oficiais da administração municipal, além de restringir esse tipo de publicidade em um raio de 100 metros de escolas e equipamentos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes.



Marta Rodrigues

Trégua Institucional

Em uma tentativa de reduzir o desgaste entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a direção-geral da Polícia Federal, o ministro André Mendonça se reuniu nesta quinta-feira (6) com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva. O encontro, solicitado pelo chefe da pasta e intermediado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, terminou com o compromisso de manter a cooperação institucional nas investigações sob a relatoria de Mendonça. Durante a conversa, o ministro do STF pediu garantias de que a Polícia Federal manterá autonomia técnica, enquanto Wellington colocou o Ministério da Justiça à disposição para facilitar o diálogo entre as instituições.

Bastidores Tensos

A reunião ocorreu em meio aos atritos provocados pela condução das investigações envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Mendonça suspeitava que a direção da PF retardava o andamento dos inquéritos e também interpretou como uma tentativa de retirar os casos de sua relatoria o envio de novos pedidos de investigação sem conexão direta com seu gabinete. Apesar do gesto de aproximação entre os ministros, ainda não há previsão de um encontro entre André Mendonça e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues.

deles. Os arquivos percorrem o golpe de estado, o regime ditatorial de Pinochet e acrescentam a violenta e vergonhosa participação do Brasil no episódio.

Além de ajuda financeira, o Brasil forneceu técnicos em tortura para ensinar militares e policiais a torturarem. Aliás, os brasileiros introduziram a abominável posição de frango-assado, mais conhecido como “pau de arara”, para interrogar chilenos, homens e mulheres, nos porões do estádio Nacional, central maior da dor. O embaixador brasileiro naquele país, Antônio Cândido Câmara Canto, foi um fervoroso entusiasta do golpe. E tudo fez para que ele se instalasse. Sua devoção ao golpe era tão incomum que foi apelida-

do, em Santiago de o “Quinto membro da Junta Militar”.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo ditatorial do Chile. E, claro, o Câmara Canto seria o melhor nome para levar a mensagem a Pinochet, que pediu dinheiro para levantar o Chile, o qual foi concedido. O fanatismo do embaixador brasileiro à causa chilena era tão grande, que só deu asilo a brasileiros que procuravam a Embaixada para depois devolvê-los aos carrascos de Pinochet. O Brasil reconheceu o Chile depois que a CIA percebeu que na Europa ninguém reconheceria o golpe. E o reconhecimento era fundamental. O apoio imediato ao Chile foi uma ordem de Washington.

O interessante do

Espaço Reaberto

A Casa do Benin foi reaberta nesta quinta-feira (6), no Pelourinho, após passar por obras de requalificação da estrutura física e pela restauração completa do acervo de arte afrodiaspórica. O equipamento cultural, um dos principais símbolos da relação entre Salvador e o Benin, volta a receber visitantes integrando a programação da Flipelô e das comemorações pelos 40 anos da Fundação Gregório de Mattos (FGM). Durante a cerimônia, o presidente da FGM, Fernando Guerreiro, destacou que a recuperação do espaço devolve à população um importante patrimônio cultural da cidade.

Memória Viva

Além da recuperação do prédio, interditado desde fevereiro após um caminhão atingir sua fachada, a reabertura marca o fortalecimento das ações de preservação da memória afro-brasileira. A programação inclui oficinas, atividades infantis, apresentações culturais e lançamentos literários ao longo da Flipelô. Segundo a Fundação Gregório de Mattos, a Casa do Benin seguirá promovendo intercâmbio entre artistas brasileiros e beninenses, além de manter uma agenda permanente de incentivo à leitura, formação cultural e valorização da ancestralidade afro-brasileira.

Não vai parar

O deputado estadual Leandro de Jesus (PL) afirmou que não vai parar de fiscalizar as obras do Governo da Bahia, mesmo após a decisão judicial que o impede de fazer as inspeções. O parlamentar defende que a decisão do juiz Glauco Dainese de Campos, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, seria enviesada e inconstitucional, e que por isso não vai ser respeitada. “Eu vou deixar de maneira clara para os eleitores que me elegeram: eu não vou parar, ainda que isso venha a contrariar a decisão desse juiz. Aqui não significa desrespeitar a Justiça, até porque nós vamos recorrer e acreditamos que essa decisão será reanalisada. Eu prefiro obedecer à Constituição Federal e respeitar o meu eleitor do que obedecer uma ordem ilegal”, declarou.



Leandro de Jesus

Evitou dividir

O deputado federal Mário Negromonte Júnior (PSB) evitou dividir espaço com a presidente estadual da legenda, Lídice da Mata, nos vídeos publicados nas redes sociais durante a convenção do partido, realizada na semana passada. Nos bastidores, comenta-se que a relação entre os dois está longe de ser amistosa.

Faroeste

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu denúncia contra a desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) Sandra Inês Moraes Rusciolelli Azevedo, seu filho, Vasco Rusciolelli Azevedo, e o advogado e colaborador Júlio César Cavalcante Ferreira. Com a decisão, os três passam à condição de réus pelo crime de corrupção passiva majorada no âmbito da Operação Faroeste. O colegiado acompanhou integralmente o voto do relator, ministro Benedito Gonçalves. O magistrado considerou prescrita a pretensão punitiva relacionada ao crime de violação de sigilo funcional, mas entendeu que existem elementos suficientes para o prosseguimento da acusação de corrupção passiva.

Repercussão!

Ontem, em Brasília, o assunto dominante foi a indicação do deputado Alfredo Gaspar como companheiro de chapa do senador Flávio Bolsonaro, nas eleições presidenciais. O entendimento é que, em tendo se projetado perante a Nação como um destemido combatente à corrupção, abuso de poder e desvios de recursos, Alfredo Gaspar - relator da CPMI do INSS - tornou-se um símbolo da moralidade tão cobrada das autoridades públicas, o que muito fortalece a chapa do PL.

EUA

Empresários brasileiros acreditam que a crise entre Brasil e Estados Unidos ainda não chegou ao ápice e estão preocupados. Fontes do setor privado contaram à Coluna que receberam um alerta de funcionários do Departamento de Estado do governo americano. Em conversas reservadas, diplomatas americanos confidenciaram aos empresários que a ordem é escalar se o Brasil não conceder em breve a anuência para receber Daniel Perez, que foi indicado por Donald Trump para ocupar a embaixada em Brasília. Nesta semana, o governo americano revogou o visto da embaixadora do Brasil em Washington Maria Luiza Viotti.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Mateus Soares

filme é acompanhar como a CIA preparou o país para justificar a deposição de Allende. É um passo a passo fascinante. Primeiro, agentes da polícia e das Forças Armadas se infiltram na estrutura do estado. Em seguida, começam a cooptar, via verbas, os jornais de todo o país, que vão denunciar a crise do governo. Aí chega a hora de cooptar os caminhoneiros, que farão paralisações diversas nas grandes cidades e importantes estradas do país. Com isso, os alimentos começam a sumir dos supermercados. Apagões e cortes de água completam o cenário. Os empresários tiram o dinheiro do país. A população enganada quer apenas que tudo volte ao normal.

E o Brasil? O ambiente não é nada bom. Há

uma leve sensação de que outra conspiração golpista está na ordem do dia. Ela ganhou força quando Rúbio acusou o país de ser um mau amigo, orgulhoso e não confiável. Em seguida, mais tarifas injustos e sem motivos. Flávio vai aos EUA para ser fotografado ao lado de Trump na Casa Branca. E rir. Mais tarifas são impostos ao Brasil. Menem resolve provocar Lula, o chamando de prisioneiro e ladrão. Semanas depois repete a dose. Trump tenta impor um embaixador no Brasil sem cumprir protocolos. Revoga o visto da embaixadora brasileira em Washington... Europa, Rússia e China fechariam os olhos para um golpe norte-americano no país?

Cláudio Pimentel é jornalista.